

PRECARIZAÇÃO E PRIVILÉGIO

UMA ANÁLISE SEMIOLINGUÍSTICA DA REPRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO NA MÍDIA NACIONAL

Diego Abreu

(IFMA-Codó / PUC-Rio – Doutor)

Marcos Vinicius da Silva Pontes

(IFMA-Codó – Bolsista PIBIC-EM)

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES
<p>Diego Abreu é Graduado em Letras pela UERJ; Mestre e Doutor em Estudos da Linguagem pela PUC-Rio; Professor EBTT IFMA-Codó.</p> <p>Marcos Vinicius da Silva Pontes é aluno do terceiro ano do curso Tecnólogo em Informática no IFMA-Codó; bolsista PIBIC-EM pelo CNPq-FAPEMA.</p>

RESUMO	ABSTRACT
<p>O objetivo principal deste trabalho consiste em analisar a representação das instituições federais de ensino no discurso midiático nacional contemporâneo. Para tanto, são analisados dois textos do gênero notícia publicados por veículos midiáticos de abrangência nacional, integrados a conglomerados de imprensa brasileiros. A fundamentação teórica da pesquisa apoia-se na teoria semiolinguística, especificamente em sua reflexão sobre os modos de organização do discurso. As análises realizadas neste artigo flagram a emergência de tais procedimentos de natureza argumentativa nos dois textos escrutinados. Os resultados das análises evidenciam o caráter eminentemente retórico e argumentativo das notícias sobre as instituições federais de ensino, que têm sua representação orientada pelo projeto político neoliberal.</p>	<p>The main objective of this work is to analyze the representations of the federal institutions of education in the contemporary national media discourse. In order to do so, two texts belonging to the genre news and published in national-coverage media vehicles owned by nation-wide press conglomerates are examined. The theoretical framework of the research is the semiolinguistics theory in its reflection about the discourse organizations modes. The analyses performed in this article highlight the emergency of those argumentative procedures in both examined texts. The results of the analysis give evidence to the eminently rhetoric and argumentative nature of the news regarding the federal institutions of education, whose representation is steered by the neoliberal political project.</p>

PALAVRAS-CHAVE	KEY-WORDS
<p>Semiolinguística; Discurso Midiático; Argumentação; Instituições Federais de Ensino; Neoliberalismo.</p>	<p>Semiolinguistics; Media Discourse; Argumentation; Federal Institutions of Education; Neoliberalism.</p>

INTRODUÇÃO

Diferente de suas correlatas europeias, algumas com longevidade quase milenar, as instituições universitárias brasileiras ainda gozam de pouco lastro histórico, tendo a UFRJ, nossa primeira Universidade, completado seu primeiro centenário em 2020. Ademais a sua juventude, nossas instituições de ensino superior também apresentam uma segunda diferença em relação às suas análogas de além-mar: sua instabilidade política. Pensadas como organismo de Estado, cuja função social e econômica deveria elevar-se acima das disputas de poder conjunturais, nossas universidades ainda remanescem reféns das turbulências da crônica política, tendo, amiúde, sua legitimidade questionada em função dos mais diversos interesses orçamentários e ideológicos.

Enquanto corpos pedagógico-administrativos sensíveis às turbulências da política nacional, as universidades brasileiras frequentam de maneira renitente as páginas dos noticiários e editoriais dos nossos órgãos de imprensa. De corcéis da construção nacional e do desenvolvimento econômico a usinas de doutrinação de ideologias infensas, as instituições de ensino superior do país dispõem de um mosaico de diferentes representações em nossos veículos de jornalismo, sendo o produto do quadro de forças políticas que financiam e norteiam o discurso midiático.

Ao longo das últimas décadas, ganhou hegemonia no ecossistema de poder nacional uma concepção ideológica comprometida com um projeto de dominação de caráter plutocrático, a qual se denomina, genericamente, neoliberalismo (HARVEY, 2008). Definida por Harvey (2008) como o totalitarismo do capital especulativo transnacional, a agenda neoliberal se impôs de maneira definitiva no cenário político brasileiro a partir dos anos 1990, impingindo um conjunto de pautas alinhadas aos interesses da plutocracia que a financia. Não exaustivamente, estas abrangem privatizações, desregulamentações, abertura econômica, precarização do trabalho e destruição da malha estatal de serviços sociais. Graças ao seu poder econômico, as facções neoliberais da política nacional adquiriram controle férreo sobre a imprensa nacional. Assim, a grande mídia do país se converteu, rapidamente, em uma arma de propaganda (TUZZO, 2005), operada pelos condutores desse projeto político com o intuito de servir de emoliente à dominação exercida por essa casta privilegiada.

Em meio a essa arena de conflito político, o tema das instituições de ensino federais brasileiras emerge de maneira recorrente nas páginas da imprensa nacional. Sendo tais autarquias mandatadas para cumprir uma função eminentemente social e orientadas por uma visão de Estado, sua própria existência contraria uma série de princípios fundantes do neoliberalismo. Em face de tal antagonismo, de modo geral, as representações construídas nos conglomerados jornalísticos hegemônicos acerca das instituições de

ensino federais no Brasil tendem a subscrever uma narrativa bem delimitada, que visa desqualificar essas entidades, possivelmente criando uma opinião cada vez mais favorável a sua extinção. Esse empreendimento propagandístico assume diversas formas: ora caracteriza as nossas universidades como espaços de privilégio, ora as representa como indústrias de produção ideológica, ora as desenha como modelos ineficientes de gestão de recursos, ora as destaca como instituições em ruína, vitimadas pela precarização estatal.

À luz do quadro teórico-histórico sumarizado nos parágrafos anteriores, a presente pesquisa busca analisar as representações sobre as instituições federais de ensino (Universidades e Institutos Federais) no discurso midiático nacional contemporâneo. Tal escrutínio se dará com base na teoria semiolinguística (CHARAUDEAU, 2009), que preconiza o evento discursivo como uma encenação comunicativa assentada em atos linguageiros orientados pela intencionalidade dos falantes. A justificativa para o desenvolvimento deste trabalho repousa na necessidade de o pensamento acadêmico brasileiro construir um conhecimento mais amplo e aprofundado a respeito do discurso midiático acerca das instituições públicas de ensino. Sendo a mídia impressa um dos veículos principais de consolidação do entendimento da sociedade a respeito de nossas instituições, a realização de um escrutínio dessas visões se torna de grande importância para a explicitação dos interesses políticos e econômicos balizadores dos discursos disseminados.

Além destas linhas introdutórias, o presente artigo se estrutura da seguinte forma: nas duas seções subsequentes é exposto o referencial teórico da pesquisa, calcado na teoria semiolinguística (CHARAUDEAU, 2009) e em uma discussão sobre a natureza e a constituição política do discurso jornalístico; posteriormente, são apresentadas três seções dedicadas à análise das representações discursivas das instituições federais de ensino na imprensa nacional; finalmente, os entendimentos gerados a partir do esforço analítico são discutidos na seção dedicada às considerações finais.

1 TEORIA SEMIOLINGUÍSTICA: O DISCURSO COMO ATO E ENCENAÇÃO

Diferente das escolas de análise do discurso mais intimamente herdeiras da tradição pecheutiana – denominadas escolas da primeira fase –, a teoria semiolinguística busca estabelecer uma reaproximação dos aparelhos de análise discursiva com o seu objeto material: o texto (MACHADO, 2002). Contudo, tal esforço de refundação não representa um retorno ao estudo exegético, que anseia por conteúdo ulterior ao escrito, nem uma análise meramente textual-gramatical. Pelo contrário: grande parte do projeto

capitaneado por Charaudeau (2009) consiste em desenvolver estruturas teórico-metodológicas capazes de apreender essa natureza eminentemente dialética e de retroalimentação que funda a inter-relação entre discurso e texto.

No intuito de instituir a revolução teórica descrita no parágrafo anterior, Charaudeau (2009) impõe uma série de transformações na armadura teórica inicial da análise do discurso. Dentre essas variações, o conceito de “Ato de Linguagem” (CHARAUDEAU, 2009) emerge como um dos expoentes. Enquanto Pêcheux (1996) entende a entidade personificadora do discurso como um sujeito assujeitado, Charaudeau (2009) funda todo o fazer discursivo na vontade do indivíduo. Assim, estabelece-se o primeiro porto-seguro teórico da semiolinguística: o princípio da intencionalidade. Às voltas com esse princípio, os sujeitos não mais estão presos a uma concepção, deparando-se com uma força consciente e agente, dotada de vontade e atuante por intermédio do discurso. Contudo, ainda que o princípio fundador da análise do discurso de 2ª fase seja a intencionalidade, há na teoria semiolinguística a ciência de que esta não opera de modo soberano, sendo sempre condicionada pelo entorno material e simbólico que envolve as circunstâncias de discurso. Como apresentado de modo sintético por Machado (2002, p. 26), a análise do discurso, conforme aqui defendida, “[...] leva em conta a linguagem em si, assim como também o contexto psicossocial que possibilita a aparição de tais e tais enunciados, em vez de tais e outros.”

Com base nesses preceitos fundacionais, Charaudeau (2009) propõe a existência de uma duplicidade dialética sobre a qual se esteia a prática discursiva, caracterizada pela existência de dois espaços do discurso: um interno e outro externo. Este, como proposto pelo autor, pode ser representado pelas variáveis situacionais constitutivas de um ato de linguagem. Adotando-se uma concepção subjetivista, esses fatores externos não são pensados em sua objetividade histórica, mas à luz da forma como duas entidades típicas da análise do discurso (o Eu-comunicante e o Tu-interpretante) os percebem e concebem. É justamente a singularidade dos modos de apreensão de tais variáveis complexas pelos sujeitos participantes do ato de linguagem que servirá como base para o estabelecimento do contrato comunicativo, quadro central de todo fazer/dizer discursivo.

Por outro lado, no espaço interno do momento da interação, encontram-se os elementos linguísticos materiais que tornam possível o intercâmbio humano e concretizam o projeto de fala do Eu-comunicante. Na teoria proposta por Charaudeau (2009), o ponto interno de um ato de linguagem também apresenta dois protagonistas: o Eu-enunciante e o Tu-destinatário. A inter-relação tensa entre essas quatro instâncias, duas reais (Eu-comunicante e Tu-interpretante) e duas virtuais (Eu-enunciante e Tu-destinatário), marcada pelas ambições e insuficiências dos projetos comunicacionais de cada indivíduo envolvido na interação, permite ao autor francês definir todo ato de

linguagem como uma aposta. A validade dessa metáfora repousa no fato de que, tal qual uma jogada aventureira, o praticante discursivo parte de um projeto abstrato erigido em sua mente, porém encontra em sua concretização os obstáculos inerentes à realidade situacional, que tendem a redirecionar a projeção inicial do Eu-comunicante, reestruturando seu projeto ao sabor das singularidades do momento interacional.

Sendo o ato linguageiro uma aposta, torna-se fundamental que o indivíduo, ao integrar-se a um empreendimento comunicativo, opere os recursos e instrumentos discursivos disponíveis à sua mão com o fito de fomentar no outro um significado convergente com aquele por ele idealizado. Esse arcabouço de possibilidades de construção semântica é sistematizado em quatro grandes modos de organização do discurso: o enunciativo, o descritivo, o narrativo e o argumentativo. Em face dos interesses que movem a presente pesquisa, apenas este último modo de organização do discurso será esmiuçado com maior detalhamento.

O alicerce do modo argumentativo é a inter-relação de natureza triangular entre três elementos: o sujeito argumentante (que empreende a argumentação no palco do ato comunicativo), a proposta sobre o mundo (mensagem a ser impingida a outrem) e o sujeito alvo (plateia imaginada, a quem se conforma e dirige a manobra argumentativa). É a interação entre os componentes destacados que constitui a mecânica do modo argumentativo, o qual fornece os recursos discursivos para a produção da argumentação. Portanto, o modo discursivo argumentativo pode ser esquematizado como uma intencionalidade subjetiva que busca impor uma determinada visão de mundo a outrem.

Sendo o modo argumentativo uma tecnologia discursiva que permite ao sujeito compor a totalidade da argumentação, esta é regida por uma lógica inerente, denominada por Charaudeau (2009) como a lógica argumentativa. Assim, a proposição sobre o mundo disparada pelo sujeito argumentante se segmenta em três tipos de asserção. A primeira, asserção de partida, emerge como o conjunto de premissas que fundamentam toda a empresa persuasiva engendrada. A segunda, a(s) asserção(ões) de passagem, é(são) o conjunto de dizeres sobre o mundo que une a asserção de partida a um terceiro elemento: a asserção de chegada. Esta, por sua vez, “[...] representa o que deve ser aceito em decorrência da asserção de partida (A1) em decorrência da relação que une uma à outra” (CHARAUDEAU, 2009, p. 209). Essas asserções modelares podem ser articuladas a partir de uma série de modos de encadeamento (conjunção, disjunção, restrição, oposição, causa, consequência e finalidade) organizados racionalmente a partir de uma série de procedimentos inerentes à lógica argumentativa: dedução, explicação, associação, escolha alternativa e concessão restritiva (CHARAUDEAU, 2009).

2 O DESCRITIVO E O ARGUMENTATIVO NO DISCURSO JORNALÍSTICO: UMA INTERFACE ENTRE O MIDIÁTICO E O POLÍTICO

Em sua forma moderna, a mídia tem seu surgimento vinculado, intimamente, aos avanços nos meios técnicos de produção, registro e distribuição da informação, que permitiram a fixação, relativamente durável, dessas formas simbólicas em suportes materiais (THOMPSON, 1995). Esse avanço tecnológico na telecomunicação e na veiculação do conteúdo informacional provocou um fenômeno denominado por Thompson (1995, p. 36) de “[...] disjunção entre o espaço e o tempo, no sentido de que o distanciamento espacial não implicava em distanciamento temporal.” Em termos práticos, esse fenômeno ensejou o aumento exponencial do alcance das mensagens enquanto o tempo de espera entre receptor e produtor se tornava cada vez menor.

O crescente movimento de alargamento espacial e encurtamento temporal gestou um novo modelo de simultaneidade, que abarca indivíduos em diferentes pontos geográficos. Esse novo modelo comunicativo fez surgir um tipo de interação (ou quase-interação) característico do discurso midiático – a quase-interação mediada (THOMPSON, 1995). Duas são as suas características fundamentais: a primeira é o seu caráter genérico e pulverizado, decorrente do fato de a comunicação midiática não ter por objetivo um indivíduo (ou grupo de indivíduos) específico – apenas receptores em potencial; a segunda é a sua natureza preferencialmente autoritária. Ainda que as formas de interação midiática contemporâneas abram um espaço cada vez maior para o diálogo com os espectadores, tal intercâmbio continua a ser comandado pela fonte emissora originária do discurso.

Outro ponto que merece destaque na constituição institucional das empresas midiáticas repousa no conflito existente entre o arcabouço de funções sociais atribuídas à mídia e os interesses político-econômicos que orientam tais companhias. Uma série de pensadores herdeiros do liberalismo clássico descreve a mídia como um espaço de alargamento e manutenção da liberdade. Para eles, a imprensa teria a função de expandir o horizonte da opinião pública, possibilitando sua abertura a vozes que não encontravam eco nas cortes medievais e nos grandes palácios governamentais. Ademais, a mídia incorporaria também uma função fiscalizadora, mantendo seu olhar vigilante sobre os governantes como forma de controlar sua potencial tirania e desonestidade.

Apesar de bem-intencionados em sua teorização, os filósofos liberais não poderiam prever a desenfreada concentração de capital e poder nas mãos dos conglomerados de imprensa, ensejando a formação de verdadeiros oligopólios midiáticos constituídos por redes de empresas, muitas vezes, controladas por um único grupo de indivíduos. Essas organizações nem sempre possuem interesse na existência de um espaço aberto a

diferentes formas de pensamento e visões políticas. Dessa forma, um olhar um pouco mais cuidadoso aos discursos veiculados na mídia explicita a exposição gozada por certas vozes, que contrasta com o apagamento ao qual ideias subversivas ao sistema político defendido pelo aparelho midiático são submetidas.

A descrição feita nos parágrafos anteriores aplica-se ao contexto institucional e empresarial dos grupos midiáticos no Brasil. Todavia, a constituição social e o papel político desempenhado por esses conglomerados em nosso país merecem alguns apontamentos particulares. Segundo Azevedo (2006, p. 89), algumas das características mais notáveis do nosso sistema de mídia são “[...] o monopólio familiar e a propriedade cruzada nos meios de comunicação de massa, a pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador.” O caráter monopolístico patronal da mídia brasileira é inegável, estando 90% da imprensa nacional sob o controle de 15 famílias, uma parte delas, inclusive, sendo de famílias tradicionais da política brasileira (AZEVEDO, 2006). A concentração de propriedade na mídia brasileira explica a sua ação política comprometida com a tirania neoliberal (HARVEY, 2008), pois seus interesses estão imbricados essencialmente aos interesses de uma elite econômica e política, da qual a imprensa se torna, ao mesmo tempo, membro e porta-voz.

Vislumbrada, ainda que de forma panorâmica, a estrutura organizacional dos organismos de imprensa no Brasil, pode ser considerado, em seguida, o produto por ela manufaturado: o discurso midiático. Conforme apontado por Fairclough (1995, p. 11), “[...] os textos midiáticos não apenas espelham realidades, [...] eles constituem versões da realidade a partir de formas que dependem das posições sociais, interesses e objetivos daqueles que os produzem.” Para o autor inglês, existe uma tendência no discurso midiático de diluição dos discursos politicamente carregados e interessados em meio a uma suposta voz da opinião pública, para, assim, “[...] reproduzir as relações de poder assimétricas existentes ao trazer as vozes dos poderosos como se fossem vozes do senso comum” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 63).

Portanto, um aspecto fundamental a ser considerado na análise do discurso midiático é seu caráter ideológico. Fairclough (1995, p. 10) entende ideologia como “[...] proposições que geralmente figuram como premissas implícitas no texto, que contribuem para produzir ou reproduzir relações de poder desiguais, relações de dominação.” Assim, na perspectiva avançada pelo pensador britânico, a ideologia permearia os discursos veiculados pelo aparato midiático, naturalizando-os ao cobri-los com um manto artificial de neutralidade jornalística. A veiculação pulverizada e midiaticizada dos discursos ideologicamente saturados impingidos pelos grupos dominantes da sociedade é o insumo fundamental para a constituição de uma hegemonia cultural (FAIRCLOUGH, 1995), que garante a certos grupos sociais sobranceiros o controle tirânico das ordens do discurso –

redes de práticas e relações sociais linguisticamente materializadas (FAIRCLOUGH, 1995).

Essa inter-relação de tensão entre a suposta imparcialidade do discurso jornalístico e a sua saturação ideológica em favor do projeto de poder das facções sociais que financiam e controlam os aparelhos de mídia pode ser sistematizada no seio da teoria semiolinguística a partir de variadas perspectivas. O ponto de vista escolhido neste estudo é o exame da impregnação de procedimentos próprios da enunciação argumentativa em reportagens e noticiários jornalísticos, caracterizados pelos próprios grupos midiáticos como textos eminentemente informativos, portanto, organizados predominantemente sob a égide dos modos descritivo e narrativo. A ambição consiste em verificar de que maneira tais elementos característicos do discurso argumentativo se imiscuem nos atos languageiros empreendidos pelos órgãos de imprensa, integrando-se a textos que se – ao menos, em tese ou em propaganda – deveriam se estruturar como descrições objetivas e narrativas imparciais.

Os procedimentos da enunciação argumentativa que ganham relevo nas análises apresentadas na seção seguinte são estes: avaliação (procedimento semântico), comparação, citação e acumulação (procedimentos discursivos). Ademais, em linha com o modelo fundador do modo de organização do discurso argumentativo, são explicitadas as propostas sobre o mundo advogadas pelos textos midiáticos escrutinados. O conteúdo de tais asserções está articulado, qualitativamente, aos interesses norteadores do projeto de poder propugnado pelos conglomerados de imprensa nacional, o qual tende a se alinhar à agenda neoliberal em nosso país (HARVEY, 2008).

3 ANÁLISE DA ENCENAÇÃO ARGUMENTATIVA: ALGUMAS NOTAS METODOLÓGICAS

Visando analisar as representações acerca das instituições federais de ensino (Universidades e Institutos Federais) no discurso midiático nacional contemporâneo, e não sendo viável desenvolver um exame exaustivo de todas as menções às referidas instituições na imprensa brasileira, optou-se pela seleção de duas notícias, extraídas de portais de notícias virtuais, que podem fornecer um retrato representativo da produção discursiva jornalística no Brasil acerca da nossa rede federal de ensino público.

Alguns critérios foram obedecidos na seleção dos textos a serem escrutinados. O primeiro deles diz respeito à abrangência nacional: foram escolhidos recortes de discurso midiático que se referissem à malha de instituições de ensino federal de maneira holística e generalizada. O segundo critério subscrito tratou da presença de uma linha

argumentativa bem demarcada acerca de algum aspecto pertinente ao universo das Universidades e Institutos Federais. O terceiro critério de seleção do corpus de análise da pesquisa considera a convivência entre elementos característicos dos modos do discurso argumentativo, descritivo e narrativo (CHARAUDEAU, 2009) nos textos, contingência indicativa de um esforço de camuflagem da linha ideológico-argumentativa do autor da matéria jornalística.

4 A REPRESENTAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS COMO ESPAÇOS DE PRECARIZAÇÃO EM UMA NOTÍCIA DO PORTAL UOL

O primeiro artefato discursivo a ser aqui analisado foi extraído do portal de notícias UOL®, integrante do Grupo Folha®. Esse conglomerado midiático-empresarial conta com uma rede de organismos de imprensa, incluindo o Jornal Folha de SP®, o mais influente do país, e o instituto de pesquisa DataFolha®. O portal de notícias em tela também possui uma parceria com o Grupo El País®, controlador do jornal homônimo e também gerenciador de inúmeras agências internacionais de notícias. No campo da política econômica, a linha editorial do portal tende a convergir com os demais órgãos de imprensa do país na defesa das principais propostas constitutivas do programa neoliberal.

O texto em lente, publicado pela jornalista Isabela Palhares em 18 de outubro de 2017, possui o título “Com verba menor, Institutos Federais freiam expansão e recorrem a doações”¹, sendo publicado no caderno dedicado à Educação dentro do Portal. A matéria foi produzida em parceria com o Estadão, outro órgão midiático de relevo no cenário nacional. Além do texto, a página que o hospeda ainda conta com uma imagem, logo abaixo do título da notícia, em que são flagrados alguns estudantes e professores nos corredores de uma universidade.

Partindo do modelo de inteligibilidade proposto pela teoria semiolinguística (CHARAUDEAU, 2009), podemos observar que o contrato discursivo midiático tem como seu primeiro ato na encenação comunicativa o movimento empreendido pela autora do texto (EUc) de assumir uma posição enunciativa (EUe) que lhe permite compartilhar suas considerações acerca do assunto tratado. Tendo como TUd os leitores do portal UOL e eventuais leitores indiretos de sua produção, a enunciadora acomoda seu estilo e sua engenharia argumentativa ao TUi imaginado por ela no momento da materialização escrita da encenação comunicativa. O teatro de operações discursivo sintetizado nas

¹ Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/agencia-estado/2017/10/18/com-verba-menor-institutos-federais-freiam-expansao-e-recorrem-a-doacoes.htm>. Acesso em: 25 maio 2021.

linhas anteriores baliza todo o processo de arquitetura e consumação dos atos enunciativos inscritos em texto pela jornalista.

À luz dos interesses motrizes desta investigação, o primeiro passo de nosso exame discursivo se funda em decantar a linha argumentativa principal do escrito, a qual se imiscui às descrições e narrações produzidas pela autora acerca do evento noticiado. Tal peça de argumentação insere-se no que Charaudeau (2009) denomina de proposta sobre o mundo, o elemento mediador da relação entre o sujeito-argumentante e o sujeito-alvo em seu intercâmbio linguageiro. De modo geral, o entendimento de mundo que atravessa e percorre todo o texto escrutinado visa associar as instituições federais de ensino no Brasil à ideia de precarização. Tal noção remete a um cenário de ruína, de destruição e de mau funcionamento dos Institutos Federais, como fica evidente neste trecho extraído do Fragmento 3: *Sem aval do governo para abrir concurso, o campus Colinas do Instituto Federal do Tocantins lançou, em julho, edital para docentes voluntários. Cinco técnicos da unidade foram selecionados para dar aula de Biologia e Matemática no ensino médio.* O precário, portanto, representa uma situação abaixo do suficiente, aquém do mínimo necessário para o desenvolvimento das atividades pretendidas pela instituição. Porém, tais espaços não se encontram apenas em estado de precariedade; encontram-se precarizados, ou seja, foram levados a esse estado de penúria e carestia por uma vontade política deliberada.

Caracterizar os órgãos brasileiros de educação pública como precarizados converge com os interesses mais candentes do projeto socioeconômico neoliberal, que vem controlando o timão da política nacional desde o início da década de 1990. Por um lado, como observado ao longo das análises, construir uma representação das nossas escolas e universidades públicas como lugares de ruína material concorre para a permanente estigmatização de todos os serviços sociais ofertados pelo Estado. Temos, assim, um retrato depreciativo da educação pública, assombrada pelo espectro da ineficiência e da má gestão – generalizado para todas as áreas de atuação do ente estatal. Tal miséria tende a se contrastar com as cores paradisíacas com que, via de regra, se pinta as instituições privadas de ensino, representadas como ilhas de eficiência e prosperidade.

Ademais, a articulação entre a imagem dos Institutos Federais e a noção de precarização também possui o efeito positivo para os atores da política neoliberal de fomentar nos seus leitores um sentimento de rejeição e repulsa diante dos aparelhos públicos de ensino, tornando-os mais propensos a consumirem serviços da iniciativa privada. Assim, o ganho se dá em duas frentes: multiplica-se o lucro das empresas do ramo de ensino a partir do aumento da demanda de pessoas desencantadas com a educação pública e facilita-se a apropriação pela elite que comanda o país de nacos ainda maiores do orçamento nacional, transformando-o em proventos privados.

Ao longo de todo o texto em lente, a ideia de precarização é instada, perpassando

todos os momentos do escrito. Já em seu *lead*, parágrafo inicial dedicado à produção de um sumário da notícia, a autora apresenta um quadro geral da situação falimentar que aflige os Institutos Federais no país:

FRAGMENTO 1

Modelo de educação profissional e média no País, os institutos federais de ciência e tecnologia têm sofrido com a redução de verbas. Dos R\$ 565 milhões previstos para investimento neste ano, só R\$ 339,4 milhões (60%) foram liberados pelo Ministério da Educação (MEC) até o último dia 10, o que tem feito unidades deixarem de abrir vagas e cursos. Com recursos menores também para custeio, os institutos recorrem a equipamentos doados e cortes de funcionários terceirizados para manter as aulas.

Entendendo o discurso argumentativo como uma forma de articulação linguística que opera no limiar entre o explícito e o subentendido (CHARAUDEAU, 2009), evidenciando uma série de deduções, lógicas e pragmáticas, que podem ser feitas por um eventual TUi a partir da leitura do trecho em destaque. Primeiramente, a escolha por um tempo verbal que expressa a ideia de continuidade (*têm sofrido*) materializa os cortes orçamentários nas escolas como um problema crônico, não uma ocorrência isolada. Adiante, há um detalhamento numérico da discrepância entre os valores esperados e recebidos no financiamento dos Institutos Federais, perfazendo um procedimento discursivo próprio do modo de organização argumentativo denominado por Charaudeau (2009) de acumulação. Ao se compilarem fatos, opiniões e informações acerca de uma determinada proposição, aumenta-se o seu poder persuasivo e agrava-se seu caráter argumentativo. O trecho que compõe o *lead* da matéria encerra-se com a explicitação dos efeitos imediatos da isquemia financeira nas instituições: cortes de funcionários, fechamento de vagas para alunos e pedidos de doações para a continuidade das atividades nas escolas.

O cenário de precarização dos Institutos Federais, sintetizado no parágrafo inicial do texto, é enfatizado e enriquecido a partir da exposição de uma série de problemas de funcionamento enfrentados por escolas pertencentes à rede pública federal, que ocorrem devido aos cortes orçamentários.

FRAGMENTO 2

É o caso do campus Alvorada, na Grande Porto Alegre. Era previsto abrir 1,2 mil vagas e a oferta de cursos, como o técnico de Enfermagem, uma demanda da população. Sem recurso, a unidade tem 250 alunos e a Enfermagem ainda não saiu do papel.

FRAGMENTO 3

Sem aval do governo para abrir concurso, o campus Colinas do Instituto Federal do Tocantins lançou, em julho, edital para docentes voluntários. Cinco técnicos da unidade foram selecionados para dar aula de Biologia e Matemática no ensino médio.

No Fragmento 2 é destacado o caso de um Instituto Federal na cidade de Alvorada-RS. Além de uma diminuição expressiva na oferta de vagas pela escola, a precarização materializada em palavras agrava-se com o descumprimento da previsão de disponibilização do curso Técnico em Enfermagem. Não bastasse o destaque recebido pela inviabilização orçamentária do curso, a expectativa da comunidade afetada é ressaltada pela autora (*uma demanda da população*), sublinhando ainda mais o retrato de frustração dos moradores da região com a situação. Ao fim do segmento, a jornalista emprega a expressão *não saiu do papel*, utilizada, recorrentemente, em críticas direcionadas ao poder público, quando este não cumpre efetivamente propostas apresentadas à população. O efeito de sentido gerado com o emprego da sentença é a tipificação do acontecimento de Alvorada como mais um exemplo de uma prática corriqueira da política nacional: o descumprimento de promessas eleitorais.

No Fragmento 3, temos um novo aporte para a composição do quadro da precarização dos Institutos Federais brasileiros: o recurso à contratação de professores voluntários como meio emergencial de manutenção do funcionamento da escola. Ambos os trechos ilustram os efeitos dramáticos da insuficiência orçamentária no funcionamento dos campi iluminados. Constrói-se, assim, uma representação generalizada dos Institutos Federais como espaços depauperados, em que docentes sem formação exercem a tarefa de ensino, e que não cumprem as funções sociais esperadas pela comunidade que os abriga. Além do sentido erigido diretamente pelas narrações, o encadeamento delas em um texto jornalístico perfaz novamente o procedimento discursivo da acumulação, estressando ainda mais o caráter argumentativo e ideologicamente retórico do escrito.

Ademais a imposição de uma proposta sobre o mundo como fio condutor do texto jornalístico e o emprego do procedimento da acumulação, característico do modo de organização discursivo argumentativo, a notícia em tela também se encontra permeada por outro expediente sublinhado por Charaudeau (2009) como característico da argumentação: a citação.

FRAGMENTO 4

Pró-reitor de administração, Silmário da Silva explica que não foi possível construir ginásio, restaurantes e auditórios na maioria das 36 unidades. “Reduzimos o número de pessoas que fazem limpeza, vigilância, manutenção e apoio administrativo. A redução foi suficiente para fechar o ano. Mas não será para 2018, quando os contratos forem corrigidos pela inflação”, prevê.

FRAGMENTO 5

Aluna do 3º ano do curso técnico de Informática, Rebecca dos Santos diz sentir os efeitos da crise. “Antes, limpavam os banheiros com mais frequência. E o valor da refeição no bandejão aumentou de R\$ 3,50 para R\$ 5 e o da bolsa para auxílio-alimentação continua o mesmo”, reclama ela, de 17 anos.

Mais do que a transcrição de uma opinião privilegiada, a citação, em textos midiáticos, desempenha o papel de conferir mais peso e legitimidade às informações apresentadas – portanto, uma função eminentemente retórica e argumentativa. Nos excertos destacados, contamos com registros de falas de uma aluna e de um gestor, todos provenientes de campi de Institutos Federais afetados pelo contingenciamento orçamentário. No caso das colocações realizadas pelo segundo, o concurso da citação direta se mostra argumentativamente valioso por alugar a autoridade e o cacife político do Pró-Reitor, transformando-os em endosso para a proposta de mundo defendida pela jornalista. Afinal, se um dos próprios administradores da escola corrobora a visão advogada pelo veículo, esta goza de um grau de validade maior do que uma mera interpretação individual da autora. Já o depoimento da discente possui um caráter mais persuasivo, no sentido dado por Charaudeau (2009) ao termo, isto é, como um convencimento que apela à emoção do leitor. Ao se deparar com os relatos da aluna, o leitor pretendido (TUd da notícia) tenderia a se mostrar empático com a situação por ela testemunhada. Logo, o quadro de precarização pintado pelo escrito jornalístico deixa de ser apenas a exposição abstrata de um problema institucional para converter-se em uma história personificada – que afeta, de maneira dramática, o cotidiano de jovens estudantes.

5 A REPRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO COMO ESPAÇOS DE PRIVILÉGIO EM UMA NOTÍCIA DO PORTAL GAZETAWEB

A segunda peça discursiva a ser analisada neste estudo foi extraída do portal de notícias online GazetaWeb®, afiliada no estado de Alagoas ao Grupo Globo® de Jornalismo. Apesar de seu jornal impresso não possuir a mesma tiragem e circulação que a Folha de São Paulo, o conglomerado midiático da Família Marinho controla o canal de televisão mais importante do país e possui uma rede nacionalmente espreada de emissoras parceiras, o que lhe permite ter contato com todos os lares televisionados do Brasil. Tradicionalmente associado à defesa de posicionamentos político-econômicos conservadores, como assevera Fonseca (2003), o Grupo Globo emerge como um dos advogados midiáticos mais férreos do projeto neoliberal de sociedade, encampando com seu jornalismo – e até com seu caderno cultural – os programas impostos pela elite financeira ao povo brasileiro.

A notícia ora examinada possui o seguinte título: Salário do Professor federal é ‘zebra mais gorda’, diz ministro.² De autoria não-informada, a matéria foi publicada no dia 26 de setembro de 2019, no caderno dedicado aos temas de Educação. Além do texto escrito, a notícia ainda conta com uma fotografia do então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, a quem é atribuída a afirmação que figura no título do texto.

Seguindo o *modus operandi* analítico implementado na seção anterior, o ponto de partida do presente escrutínio é a decantação do fio de Ariadne argumentativo que perpassa o texto. Desde o seu título até suas linhas finais, a matéria constrói discursivamente uma representação das instituições federais de ensino como um espaço de privilégio para seus trabalhadores, mais especificamente os da área docente. Assim, a ideia do professor federal como um privilegiado não apenas é veiculada pelo autor do escrito, mas também é colocada em uma posição de eixo central de toda a engenharia discursiva empreendida pelo jornalista do portal. É justamente com base em tal noção que pautas políticas como o contingenciamento de verbas no Orçamento Federal, a transferência de recursos do Ensino Superior para a Educação Básica e a privatização indireta das instituições são sustentadas e propagandeadas.

Assim como assinalado na notícia publicada no portal UOL®, a ideia de privilégio, que atravessa e condiciona todo o texto em tela, converge com alguns dos princípios basilares do pensamento e do programa político neoliberal. Caracterizar os servidores do Estado como beneficiários de um tratamento diferenciado em relação aos demais trabalhadores é um dos chavões argumentativos mais renitentemente empregados na defesa da implementação da agenda de privatização e desidratação do ente estatal, um dos corcéis do neoliberalismo em nosso país. Ademais, a denúncia da suposta falta de isonomia no serviço público federal, articulada aos problemas existentes em tais instituições cotidianamente noticiados pela imprensa, produz um quadro narrativo-retórico que pode induzir o leitor pretendido do portal (TUd) a uma interpretação particular acerca dessa complexa rede de problemas sociais: a causa de base da penúria observadas nas universidades e institutos federais brasileiros repousa nos ganhos desproporcionais e nababescos dos trabalhadores docentes. Opera-se, assim, uma inversão argumentativa, que representa uma das categorias laborais mais vitimadas pela isquemia orçamentária imposta aos organismos estatais como a causadora de tal carestia.

Inúmeros são os momentos ao longo do texto em lente em que a noção de privilégio, associada ao espaço das instituições federais de ensino e seus trabalhadores, é materializada em palavras como um mote argumentativo.

² Disponível em: <https://www.gazetaweb.com/noticias/concurso-e-educacao/salario-do-professor-federal-e-zebra-mais-gorda-diz-ministro/>. Acesso em: 25 maio 2021.

FRAGMENTO 6

"Eu não vou atacar agora a questão de cobrar a mensalidade de quem tem condição, porque não vai resultar em nada. Eu tenho que ir atrás de outros ganhos mais importantes", salientou.

FRAGMENTO 7

"Gasta-se fortunas com universidades federais enquanto a gente não gasta dinheiro com creche e pré-escola. O filho do pobre não vai para a creche ou nem para a pré-escola, então a gente tem 10 universidades federais no Brasil que gastam, que custam, mais de R\$ 3 bilhões, cada uma delas, por ano. Com uma delas eu coloco todas as crianças que estão fora das creches e pré-escolas no Brasil", disse.

Nos trechos destacados na página anterior, podemos observar duas instanciações discursivas distintas da mesma proposta sobre o mundo. Na primeira, a menção aos supostos proventos suntuosos dos professores é levantada, em uma citação direta realizada pelo jornalista, como uma justificativa dada pelo Ministro para não se preocupar com a questão da cobrança de mensalidades nas instituições públicas federais de ensino. Tal pauta, para Weintraub, seria secundária em face de outro gargalo orçamentário mais relevante: os *ganhos mais importantes* dos professores federais. Assim, opera-se uma sofisticada engenharia linguístico-estrutural na construção argumentativa da ideia do privilégio docente nesses espaços de ensino, hierarquizando-o acima de outras pautas, apresentadas pela mídia e pelo governo brasileiro atual como fundamentais para a reestruturação da educação no país. Nesse sentido, em um silogismo primário, podemos concluir que (i) se a questão do pagamento de mensalidades é fundamental para a sanidade das referidas instituições e (ii) tal discussão se torna lateral diante dos ganhos robustos dos servidores, (iii) logo, os proventos docentes emergem como os grandes algozes da sanidade das nossas universidades e institutos federais.

Por fim, no Fragmento 7, podemos observar mais uma manobra argumentativa arquitetada pelo EUC do texto, veiculando aos eventuais leitores a ideia de que os professores da rede federal de ensino representam uma classe privilegiada dentro do Estado brasileiro. Enquanto, no segmento anterior, o privilégio do grupo docente foi materializado na justaposição de seus ganhos frente ao diminuto número de profissionais incluídos em tal categoria, neste excerto, observamos outra comparação, ainda mais persuasiva (CHARAUDEAU, 2009). O custo de manutenção das instituições de educação superior no país é apresentado como o óbice para o desenvolvimento de uma educação básica de qualidade. Assim, compõe-se um quadro de vilanização das referidas instituições, apresentando-as como as culpadas pelos problemas observados na educação básica: *Gasta-se fortunas com universidades federais enquanto a gente não gasta dinheiro com creche e pré-escola.*

Essa proposta sobre o mundo é reforçada, ainda no mesmo trecho, com o emprego de um procedimento de acumulação, característico do modo de organização argumentativo: *O filho do pobre não vai para a creche ou nem para a pré-escola, então a gente tem 10 universidades federais no Brasil que gastam, que custam, mais de R\$ 3 bilhões, cada uma delas, por ano / Com uma delas eu coloco todas as crianças que estão fora das creches e pré-escolas no Brasil.* Ao justapor em sequência uma série de proposições retóricas orientadas em função de uma mesma ideia geral, o autor do texto em tela reforça o seu potencial argumentativo, aumentando a densidade de informações e interpretações que dão sustentação à tese defendida na notícia escrutinada: o privilégio dos servidores atuantes nas instituições de ensino federal.

Ademais, o papel persuasivo desempenhado pela acumulação, além de outros procedimentos discursivos e semânticos (CHARAUDEAU, 2009), é arquitetado linguisticamente pelo produtor do texto com o fim de inscrever uma linha de argumentação em seu reporte das falas do Ministro da Educação, matizando com cores fortemente argumentativas o caráter supostamente descritivo-narrativo que deveria (pelo menos, em tese e propaganda) orientar os textos midiáticos analisados. Nesse sentido, outro procedimento próprio do argumentar empregado de forma renitente pelo autor é a citação. Além dos fragmentos já anteriormente destacados, há inúmeras outras citações diretas das colocações do Ministro ao longo da notícia, o que a transforma em uma espécie de painel de apresentação das visões do representante do governo, evidenciando um alinhamento entre estas e os interesses políticos do veículo de imprensa. Sendo Abraham Weintraub um dos agentes governamentais mais comprometidos com a agenda neoliberal de privatização e estigmatização dos serviços públicos, a abertura de tamanho espaço para a expressão de seus argumentos e narrativas explicita a adesão do portal GazetaWeb® à referida pauta.

Outro aspecto digno de nota acerca da profusão de citações no texto em tela diz respeito ao peso retórico que o emprego do expediente confere às ideias advogadas na matéria. As palavras do Ministro, ainda que associadas a uma linha ideológica específica, tendem a contemplar o carimbo de legitimidade de um cargo de prestígio no Estado. Logo, a peça argumentativa avançada pelo autor do texto ganha em força retórica ao ser exposta por um ocupante de uma posição de proa na estrutura governamental brasileira. Vale mencionar também que a utilização generalizada do procedimento da citação na notícia também exerce uma função de autopreservação. Afinal, a defesa de uma tese que visa representar com cores de antagonismo uma classe de trabalhadores tende a gerar uma repercussão negativa para seus proponentes. Portanto, a atribuição de semelhantes visões a um terceiro perfaz uma tática de autoproteção, permitindo que o jornalista responsável pela matéria corrobore tais argumentos sem colher o ônus político desse

posicionamento.

Ainda no campo dos procedimentos discursivos empregados, inerentes ao modo de organização argumentativa, ao longo de todo o texto em análise, vale destacar também a presença recorrente de diversos expedientes de comparação, inscritos nos fragmentos extraídos da fala do Ministro. Além de sua capacidade de sintetizar ideias complexas, a construção de cotejamentos através da linguagem goza de um importante papel valorativo, pois toda comparação carrega consigo alguma forma de hierarquização e algum tipo de polarização. No caso escrutinado, os movimentos comparativos consignados nas falas de Weintraub e transcritos pelo autor do texto contribuem para estabelecer uma clara relação de antagonismo maniqueísta entre o ensino superior e a educação básica no país. Tal confronto ganha diferentes protagonistas em momentos distintos da matéria: *professor com dedicação exclusiva versus o filho do pobre/pequena quantidade de pessoas versus todas as crianças/universidade federal versus creches e pré-escolas*. Porém, de modo geral, o cotejamento entre as duas instâncias da educação brasileira ancora a tese política neoliberal que perpassa todo o texto esmiuçado: o privilégio da classe docente federal é o principal causador dos problemas enfrentados nas escolas e nas universidades brasileiras.

Por fim, o último procedimento semântico-discursivo empregado pelo autor da notícia em tela em seu afã de sustentar sua peça argumentativa em meio a um gênero textual autodeclaradamente descritivo-narrativo é a avaliação (CHARAUDEAU, 2009). Contudo, antes de vislumbrarmos de forma mais detalhada os construtos valorativos erigidos no texto, entendemos ser necessária uma observação. Considerando que grande parte do poder retórico do gênero notícia reside em sua suposta objetividade imparcial (que o caracterizaria como uma descrição neutra dos fatos da realidade), mostra-se estrategicamente importante na construção do projeto comunicativo do EUC idealizador do texto a decisão de organizar a notícia em torno das palavras de Weintraub, através de citações diretas. Assim, ao mesmo tempo em que o autor da matéria mantém sua pose de neutralidade perante as teses e visões apresentadas, e goza dos benefícios de prestígio e legitimidade dela provenientes, ele expõe uma linha argumentativa controversa e desencadeadora de inúmeros desdobramentos políticos e institucionais.

Olhando de forma mais detida para os aportes avaliativos concretizados linguisticamente ao longo do texto, torna-se patente o papel desempenhado pelos expedientes no esforço de deslegitimação e vilanização dos professores federais. Em meio a essas valorações, destaca-se a qualificação direcionada pelo Ministro ao salário dos docentes: *zebra mais gorda*. Esta, além de ganhar relevo por seu caráter jocoso e desrespeitoso, é alocada em uma posição de centralidade pelo EUC ao ser incluída no título da matéria: Salário do professor federal é 'zebra mais gorda', diz ministro. Além da

natureza satírica inerente a uma comparação com um animal, merece nota o emprego do adjetivo *gorda*, que, no trecho em tela, constrói uma representação ridicularizante dos proventos dos docentes, caracterizados como volumosos em um sentido depreciativo e caricatural. Esse qualitativo ainda conta com a gradação hierárquica que se materializa no advérbio *mais*. Identificar os professores federais como a *zebra mais gorda*, portanto, implica subentender a existência de outras categorias privilegiadas, ainda que menos aquinhoadas que a classe docente.

Em linha com o expediente avaliativo discutido no parágrafo anterior, uma série de outros qualitativos emerge ao longo do texto, complementando a construção da tese argumentativa que o atravessa: o privilégio dos professores federais como causa dos problemas enfrentados pela educação brasileira. Dentre esses elementos axiológicos, podemos destacar a caracterização dos profissionais do ensino como um *exército*, o seu custo orçamentário como uma *fortuna* e os seus proventos como *ganho mais importante*.

Caracterizar um determinado grupo social como um *exército*, em termos retóricos, implica atribuir a ele um sentido de unidade e organização em torno da defesa de seus interesses. Assim, temos uma representação dos professores federais, elaborada pelo Ministro e endossada tacitamente pelo autor do texto, que os aproxima de um coletivo militante – uma franja privilegiada que luta de maneira unificada pela sustentação de suas benesses. Na mesma linha, a designação do passivo gerado pela manutenção da rede federal de educação como uma *fortuna* e do salário dos professores como o *ganho mais importante* corrobora a argumentação avançada pelo EUC ao longo de todo o texto. Esta tem como eixo central que o ônus pago pelo erário público advém dos privilégios financeiros e orçamentários das Universidades e Institutos Federais brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso midiático, enquanto portador de uma aura de verdade e neutralidade, carrega consigo um formidável poder de persuasão. Afinal, nada poderia ser mais convincente do que dados e leituras de mundo oriundos de fontes desinteressadas, preocupadas apenas com a prestação de um serviço cívico de informar a população. De posse de tal óbolo de prestígio, a mídia brasileira impinge a agenda de interesses dos grupos empresariais que a comandam – todos integrados ao consórcio político neoliberal. Nesse teatro discursivo, é preciso que os textos jornalísticos camuflam as propostas sobre o mundo por eles defendidas e veiculadas em meio a um disfarce linguístico de imparcialidade. Em termos linguísticos, essa arquitetura sofisticada se manifesta em uma inter-relação complexa e retoricamente orientada entre os modos de organização do

discurso descritivo e narrativo – apresentados como próprios dos gêneros jornalísticos – e o modo argumentativo. Assim, expedientes e procedimentos inerentes a este tendem a ser integrados em textos midiáticos no afã de carregar as informações veiculadas em tais escritos de posições políticas, argumentos e teses sobre o mundo.

Ilimitadas são as formas de empreender essa engenharia discursiva. Algumas das possibilidades de concertação comunicativa entre o argumentar e o narrar-descrever foram assinaladas ao longo do presente estudo. A introdução de propostas sobre o mundo (CHARAUDEAU, 2009) em meio a notícias pretensamente informativas e a tomada de posicionamentos ideológicos em meio a uma autopropaganda de neutralidade evidenciam a filigrana linguística costurada pelos veículos de mídia no esforço de defender os interesses de seus financiadores. Procedimentos semântico-discursivos como a acumulação de dados que sustentem uma determinada tese, o emprego de citações, a comparação hierarquizante e a utilização de expedientes avaliativos representam algumas das ferramentas flagradas em uso ao longo das matérias jornalísticas escrutinadas.

O concurso de tais instrumentos por parte de um EUC engajado em produzir visões de mundo e argumentações alinhadas aos desígnios do projeto de poder neoliberal (HARVEY, 2008) torna patente o investimento discursivo dos conglomerados midiáticos na viabilização social dessa agenda, que, no campo da educação pública federal, apresenta uma proposta clara. Esta é a privatização total da rede de institutos federais e universidades rentáveis e o fechamento das instituições que geram pouco interesse econômico no mercado. Em face de uma estrutura de poder tão rica em recursos de comunicação, urge que discursos de enfrentamento às visões de mundo por ela construídas sejam gestados pelos setores populares, comprometidos com a manutenção de uma rede gratuita e pública de ensino federal, que possa ofertar educação de qualidade para um número crescente de alunos. Ainda que a contestação desse discurso hegemônico faça parte de um confronto assimétrico, tal luta se mostra cada vez mais necessária.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil. Relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

FAIRCLOUGH, N. **Media Discourse**. London: E. Arnold, 1995.



FONSECA, F. O Conservadorismo patronal da grande imprensa brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. IX, n. 2, p. 73-92, 2003.

HARVEY, D. **O neoliberalismo, história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

MACHADO, I. L. A Semiologia de Patrick Charaudeau: uma interessante opção de análise discursiva. **Análise do Discurso**, Vitória, v. 3, p. 26-31, 2002.

PÊCHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. *In*: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 143-152.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

TUZZO, S. A. **Deslumbramento coletivo**: opinião pública, mídia e universidade. São Paulo: Annablume, 2005.

Título em inglês:

PRECARITY AND PRIVILEGE: A SEMIOLINGUISTIC ANALYSIS OF THE REPRESENTATIONS OF THE FEDERAL SCHOOLS AND UNIVERSITIES IN THE NATIONAL MEDIA